



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA JURÍDICA

EXMO. SR. PRESIDENTE

PL 252/2018

Trata-se de projeto de lei ordinária que “*Dispõe sobre a denominação de ‘ANTONIO CARLOS ZÚCOLO’ a uma via pública, revoga expressamente a lei nº 11.611, de 30 de setembro de 2017 e dá outras providências*”, de autoria do **Sr. Prefeito Municipal**.

Da leitura da mensagem do Sr. Prefeito (fls. 02) extraímos que a presente proposição é consequência de encaminhamento do nobre **Vereador Rafael Domingos Militão**.

A matéria é de iniciativa legislativa concorrente da Câmara, versando sobre denominação de vias públicas, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município em seu art. 33, inc. XII¹.

Observamos que a proposição atende às disposições do Art. 94, § 3º, inc. II, do Regimento Interno da Câmara², uma vez que está acompanhada da biografia do homenageado (fls. 02), além da cópia de sua certidão de óbito (fls. 05).

Cabe ressaltar, ainda, que a proposição em seu art. 4º revoga a Lei nº 11.611, de 30 de novembro de 2017, a qual denominava uma outra via de “Antonio Carlos Zúcolo”, não havendo falar em alteração de denominação de via, o que exigiria um quórum qualificado para aprovação, nos termos do Art. 40, §3º, item 1, alínea “g” da Lei Orgânica Municipal.

Dessa forma, nada a opor sob o aspecto legal.

É o parecer.

Sorocaba, 14 de setembro de 2018.

Roberta dos Santos Veiga
Procuradora Legislativa

De acordo:

Marcia Pegorelli Antunes
Secretária Jurídica

¹ Art. 33. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

XII - denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações.

² Art. 94. Os projetos deverão ser:

§ 3º Os projetos de lei e decretos legislativos que proponham homenagens a pessoa deverão ser acompanhados de justificativas contendo sua respectiva biografia e, em se tratando de denominação de vias, logradouro e próprios públicos, também deverão estar acompanhados de cópia de pelo menos um dos seguintes documentos que comprove o óbito do homenageado:

I – declaração familiar de qualquer parente em linha reta, ou colateral até 4º grau;

II – encarte por veiculação na imprensa;

III – declaração de óbito fornecida pelo serviço funerário;

IV – certidão de óbito.